CONDENADOS À VIDA

Sequência dramática em 2 partes, 1 prólogo e 1 epílogo de LUIZ FRANCISCO REBELLO. Publicada em 1963 e reeditada em 1965. Grande Prémio da Sociedade Portuguesa de Autores.

Proibida a sua representação pela censura. Tradução eslovaca de E. Obuchova, transmitida pela Televisão de Bratislava em 26 de Abril de 1976.

[...]

3 cenas: sala de espera de uma gare nua e vazia (prólogo); cena múltipla, dividida em quatro planos dos quais três com «décor» fixo e o quarto variável (1.ª e 2.ª partes); um túnel sombrio (epílogo).

No prólogo, um grupo de homens e mulheres, vestidos de cinzento, um número afixado no peito, aquardam entre a angústia e a fascinação, a partida do comboio que os conduzirá à vida. Dois deles, um homem e uma mulher cruzam-se, sentem-se atraídos um para o outro e juram encontrar-se quando chegarem ao mundo. Nas duas partes intermédias, duas acções paralelas mostram-nos a existência desse homem e dessa mulher: ele, Afonso, escritor falhado, jornalista desiludido, vive em extrema dificuldade económica agravada, pela repressão que a censura exerce sobre a sua actividade jornalística; enquanto ela, Luciana, casada com um médico célebre e político influente, vive desencantadamente uma existência sem problemas. As desigualdades sociais e económicas separam estes dois seres que sentem obscuramente a necessidade um do outro. As circunstâncias de um escândalo político em que o marido dela está envolvido e que o jornalista pretende denunciar, no que é impedido pela censura, parecem aproximá-los. Mas o jornalista é mandado para fora do país em missão de serviço; ela resolve abandonar o marido; cruzam-se na aerogare, partem no mesmo avião, que explode ao levantar voo, morrendo ambos. No epílogo voltam a encontrar-se. Mas agora é tarde demais; era no mundo que eles poderiam ter sido felizes, e tê-lo-iam sido se outras fossem as condições sociais. A memória do passado começa a desvanecer-se. E o túnel da morte absorve-os – para sempre.

Luiz Francisco Rebello. *100 anos de teatro português (1880-1980)*. Porto: Brasília Editora, 1984, p. 173.

Autorização de utilização por despacho de 28/06/2017 emitido pela Senhora Diretora Geral do Património Cultural Arqt^a Paula Silva.